



## Os Caminhos do Voluntariado:

### Enquadramento Legislativo

**VOLUNTARIADO**  
#CIDADANIA ATIVA E SOLIDÁRIA

**Encontro** | 6 jun.2018



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**Lei n.º 71/98**

de 3 de Novembro

Bases do enquadramento jurídico do voluntariado



## MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE

**Decreto-Lei n.º 389/99**

de 30 de Setembro

Artigo 1.º

Objectivos

O presente diploma regulamenta a Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, que estabeleceu as bases do enquadramento jurídico do voluntariado.

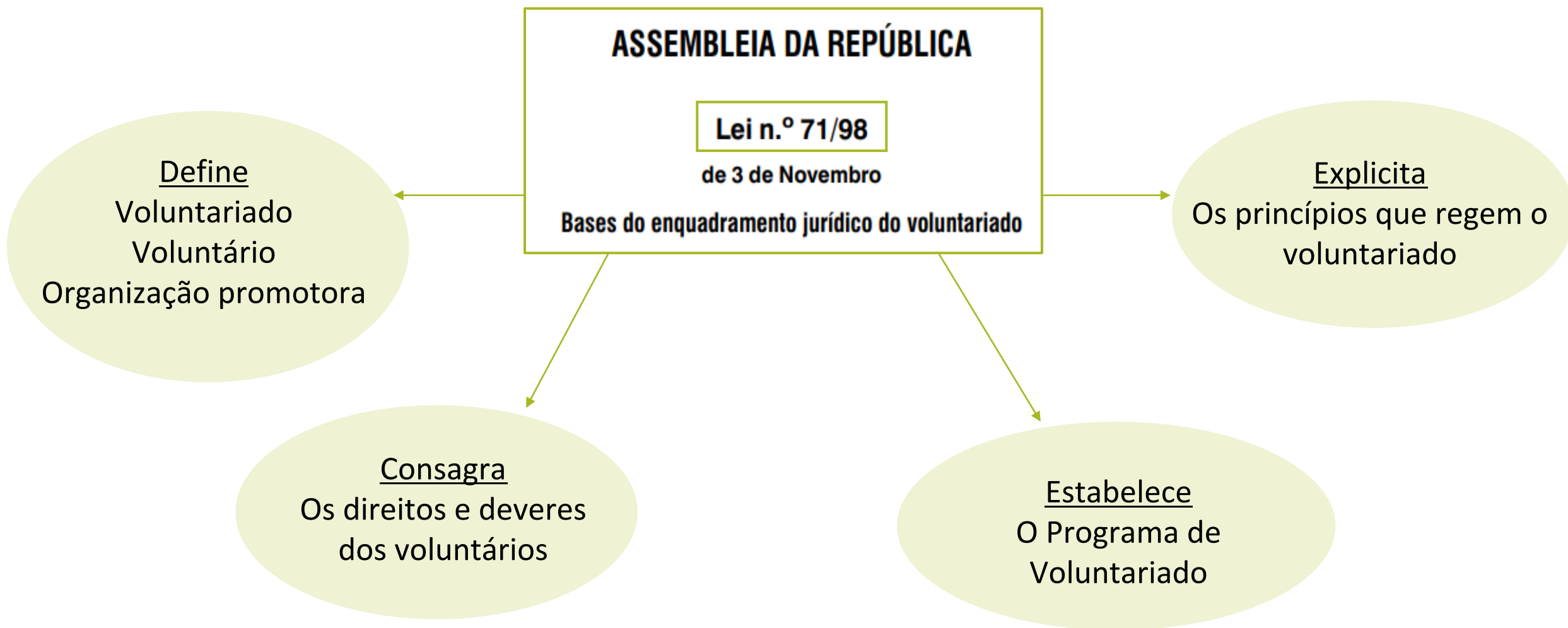


DL n.º 176/2005

Altera as regras estabelecidas para o cartão de identificação do Voluntário

Portaria n.º 87/2006

Aprova o modelo de cartão de identificação do voluntário





## AS NECESSIDADES DE ATUALIZAÇÃO

- ▶ Reconhecer o Voluntariado dito informal
- ▶ Reconhecer as ações de voluntariado de carácter ocasional
- ▶ Explicitar a participação de menores
- ▶ Agilizar as regras de emissão do Cartão de Identificação do Voluntário
- ▶ Seguro - Explicitar a cobertura de responsabilidade civil
- ▶ Reforçar o carácter gratuito e de complementaridade da atividade voluntaria



➔ Avaliar a possibilidade de enquadrar, em sede de regulamentação, grupos informais e movimentos comunitários

### O que diz a Lei

Poderão igualmente aderir ao regime estabelecido no presente diploma, como organizações promotoras, **outras organizações socialmente reconhecidas** que reúnam condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua atividade

Dá abertura para enquadrar outras formas de organização (p.e.: grupos informais e movimentos comunitários) em sede de regulamentação





➔ Avaliar a possibilidade de enquadrar, em sede de regulamentação, grupos informais e movimentos comunitários

### O que diz a Regulamentação em vigor

Reúnem condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua atividade:

- Pessoas coletivas de direito público;
- Pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- Pessoas coletivas de utilidade pública, incluindo as IPSS

Podem ainda reunir condições, as organizações que o ministério da respetiva tutela considere com interesse as suas atividades e efetivo e relevante o seu funcionamento.

O que se pretende

Dar maior abrangência: pessoas coletivas de direito público e privado, sem fins lucrativos

Grupos informais e movimentos comunitários poderem ser reconhecidos / validados pela CASES

Alteração da Regulamentação



### Reconhecer as ações de voluntariado de carácter ocasional/ esporádico

#### O que diz a Lei

Não são abrangidas as atuações que tenham um **carácter isolado e esporádico** ou sejam determinadas por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança

A abrangência depende do carácter cumulativo: não são abrangidas apenas as atuações que, embora desinteressadas, tenham, **cumulativamente**, carácter isolado e esporádico.



#### O que se pretende

Clarificar que estão abrangidas as atuações esporádicas, desde que enquadradas numa organização promotora

Alteração da Regulamentação



### ➔ Explicitar a participação de menores

#### O que diz a Lei



Omissa

Não restringe a participação de menores de idade em ações de voluntariado

#### O que se pretende

Explicitar que mediante consentimento dos progenitores, tutores ou representantes legais, os menores poderão desenvolver ações de voluntariado, na observância de que a mesma não prejudica o seu desenvolvimento e formação

Introdução de norma específica na Regulamentação





### ➔ Agilizar as regras de emissão do Cartão de Identificação do Voluntário

#### O que diz a Lei



Os voluntários têm direito a dispor de um cartão de identificação de voluntário

A forma e regras de emissão do Cartão estabelecidas em sede de regulamentação

Modelo aprovado em Portaria própria

#### O que se pretende

Estabelecer um procedimento de emissão digital do Cartão. Possibilitar que as organizações promotoras possam adotar modelos de cartão que satisfaçam exigências particulares de acesso a espaços e locais específicos

Alteração da Regulamentação



## Flexibilizar as modalidades e explicitar a cobertura de responsabilidade civil

### O que diz a Lei



Deve ser acordado, em sede de Programa de Voluntariado, cobertura dos riscos a que o voluntário está sujeito e dos prejuízos que pode provocar a terceiros no exercício da sua atividade, tendo em consideração as normas aplicáveis em matéria de responsabilidade civil

### O que se pretende

Integrar a cobertura de responsabilidade civil de forma clara e inequívoca

Possibilitar enquadramento nas diferentes modalidades de seguros (por voluntário, de grupo ou por evento)

Alteração da Regulamentação



### Reforçar o carácter gratuito e de complementaridade da atividade voluntaria

#### O que diz a Lei



O Voluntariado é o conjunto de ações de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada

O voluntariado obedece, entre outros, ao princípio da complementaridade e da gratuidade

#### O que se pretende

Reforçar o carácter gratuito e de complementaridade do voluntariado, aspetos distintivos do trabalho voluntário

Alteração da Regulamentação



**VOLUNTARIADO**

#CIDADANIA ATIVA E SOLIDÁRIA

## Os Caminhos do Voluntariado: Enquadramento Legislativo

**Obrigada**